


Escola de Administração de Empresas de São Paulo
Fundação Getulio Vargas

**“IMPACTO DA LEGISLAÇÃO
AMBIENTAL NAS EMPRESAS: O EIA/RIMA”**

Pesquisa: FGV/PIBIC/CNPq
Aluna: Silvia da Silva Craveiro
Orientador: Prof. Rubens Mazon

Agosto,99



Índice

Introdução	3
1. A Problemática Ambiental	4
2. Legislação Ambiental Brasileira	7
2.1 Definições e conceitos	7
2.2 Análise da Legislação	8
3. Licenciamento Ambiental	10
3.1 Definição	10
3.2 Processo de Licenciamento	16
3.3 O EIA/RIMA	23
4. Casos Analisados	26
4.1 Caso 1	27
4.2 Caso 2	28
4.3 Caso 3	30
5. Comportamento Ambiental das Empresas	31
Conclusão	33
Bibliografia	36

Introdução

A pesquisa pretendeu mostrar o impacto que o meio ambiente trouxe e traz para a vida das empresas, mais especificamente relacionando-as com a legislação ambiental. Essa relação foi verificada através do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental).

Esse relatório final apresenta, primeiramente, um contexto sobre a problemática ambiental : os mudanças ocorridas, importância crescente da questão ambiental, fatores relacionados a elas e os conceitos existentes.

Em seguida é apresentado uma análise sobre a legislação ambiental brasileira e suas características. A partir disso, foi possível avaliar alguns pressupostos dessa legislação dentre eles alguns que influenciam no licenciamento ambiental.

A análise do licenciamento ambiental no Brasil permitiu verificar seu funcionamento bem como suas principais características. Outro ponto importante a ser destacado é a descrição das principais características da CETESB e do DAIA, órgãos principais do processo de licenciamento. Nessa parte que trata sobre o licenciamento é verificado ainda as principais características do EIA/RIMA, objeto central da pesquisa.

Posteriormente, é apresentada a análise feita dos casos pesquisados seguida de comentários a respeito do comportamento ambiental das empresas e conclusões obtidas.

1. A Problemática Ambiental

O meio ambiente é um assunto que vem sendo cada vez mais discutido pela sociedade. Isto pode ser observado pelas freqüentes notícias veiculadas pelos meios de comunicação, pelas conferências realizadas entre diversos países para se discutir soluções para os problemas ambientais enfrentados pelo planeta, pelas legislações criadas com o intuito de proteger e garantir a qualidade de vida das pessoas e pela atenção que as empresas vem dando à questão ambiental, quer seja uma reação de obediência as normas regulamentadoras ou como uma visão de oportunidade de mercado.

Pode se afirmar que a questão ambiental tornou-se mais presente a partir das duas últimas décadas para cá. Os problemas ambientais foram resultado do processo desenvolvimentista adotado por diversos países realizado às custas dos recursos naturais, provocando a sua deterioração. A opção de crescimento a qualquer custo gerou uma série de problemas como: erosão, desertificação, alterações climáticas, poluição, proliferação de doenças, dentre outros.

Diante desse cenário os países mais desenvolvidos se deram conta da destruição crescente dos recursos naturais causada pelo processo de desenvolvimento e a conseqüente escassez dos mesmos. Várias conferências foram realizadas, dentre elas pode-se destacar, primeiramente, a conferência da Nações Unidas em Estocolmo, em 1972, a qual atraiu a atenção dos países para o meio ambiente.

Atualmente, a questão ambiental vem preocupando setores cada vez mais importantes e representativos da sociedade, os quais defendem a existência de um desenvolvimento juntamente com a melhoria da qualidade de vida e a preservação ecológica, onde uma política ambiental represente

instrumentos que proporcionem a gestão racional dos recursos naturais. Indo de frente com a idéia de que desenvolvimento e preservação ambiental eram incompatíveis.

Nisto surge a idéia de como proporcionar um desenvolvimento sustentável, entendido como o desenvolvimento econômico realizado com preservação ecológica (recursos naturais), ambiental (ecossistemas) e social (melhoria da qualidade de vida da população). Esta idéia tem por objetivo garantir a utilização racional dos recursos de maneira a garantir às gerações futuras um nível de vida razoável, visto que os recursos naturais são limitados e a sua utilização é cada vez maior face ao crescimento da população.

O conceito de desenvolvimento sustentável resulta em um novo ambiente para as empresas, novos fatores competitivos a serem incorporados estrategicamente.

Além desta questão, outro importante fato gerador de mudanças nas empresas foi a globalização. As empresas foram inseridas em um ambiente de competitividade mundial, novos padrões e conceitos foram valorizados fazendo com que as empresas adotassem certas mudanças para se inserirem neste contexto de abertura e aproximação de mercados.

Outro fato gerador de mudanças nas empresas é o modo como passam a ser vistas. Antes as empresas eram consideradas apenas como instituições econômicas que deveriam ter preocupações com problemas econômicos, atualmente as empresas são consideradas instituições sociopolíticas devendo exercer outras funções além das funções meramente econômicas. Esta mudança é decorrente das modificações que vêm ocorrendo no pensamento da sociedade. Ela passa a ter preocupações ecológicas, de segurança, de proteção e defesa do consumidor, de defesa de grupos minoritários, de qualidade de produtos, dentre outros. Um novo componente é

demandado as empresas: a responsabilidade social. Esta responsabilidade implica um sentido de obrigação para com a sociedade, assumindo diversas formas, entre as quais se incluem proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais, planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral de conformidade com o interesse público.

2. Legislação Ambiental Brasileira

2.1 Definições e conceitos

Existe uma série de leis, decretos e resoluções que tratam sobre a questão ambiental. Elas começaram a surgir principalmente a partir da década de oitenta, porém em 1937 já existia legislação referente à matéria ambiental.

Dentre as principais características desta legislação destaca-se:

- fornecimento de instrumentos vigorosos para a defesa do meio ambiente, sendo um dos principais a garantia do acesso à informação;
- ampla liberdade de ação (discrecionalidade) para o Estado , por exemplo a concessão de licença apenas às atividades que atendam a todos os cuidados com o meio ambiente;
- permissão de cobrar do agressor os danos causados ao ambiente; trata os bens ambientais como bens públicos, do interesse de todos;
- dá ampla liberdade às três esferas de poder para criar regras.

Dentro de nossa legislação é importante citar a política nacional do meio ambiente introduzida em 1981, a qual tem como principais objetivos a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento sócio-econômico, segurança nacional e proteção a dignidade humana. Para tanto ela contém um série de princípios para se atingir os objetivos citados anteriormente e esclarece as expressões mais usadas.

A lei que dispõem sobre a política nacional do meio ambiente trata ainda sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente, “órgãos e entidades da União, Estados e Municípios, bem como as fundações instituídas pelo

poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão tal sistema”. Sua estrutura segue um organograma baseado em um órgão superior que é o conselho do governo, seguido de um órgão consultivo (CONAMA), uma secretaria de meio ambiente, logo depois seu órgão executor (IBAMA) e por fim órgãos ou entidades estaduais e municipais. Além disso, a lei esclarece os instrumentos de política: estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, zoneamento industrial, avaliação de impactos ambientais, sistema nacional de informações, dentre outros presentes.

2.2 Análise da legislação

Ao se analisar essa legislação é possível afirmar que ela representa instrumentos de comando e controle em sua maior parte, não fornecendo um ambiente que propicie totalmente o desenvolvimento ou estímulo de atividades espontâneas por parte das empresas. Vale ressaltar alguns pontos presentes na lei que de certa forma incentivam atividades espontâneas voltadas ao meio ambiente:

- ➔ Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental.
- ➔ Fabricação de equipamentos antipoluidores.
- ➔ Outras iniciativas que propiciem a racionalização dos usos de recursos ambientais.

É importante destacar ainda que na maioria dos países desenvolvidos o grau de dimensão do tratamento do meio ambiente assumiu um caráter diferenciado. Em um primeiro momento, assim como a legislação brasileira, utilizaram uma estrutura reativa para as necessidades vigentes. Com o decorrer do tempo, através de uma evolução de suas normas e leis puderam

tomar uma postura ativa, visualizando a poluição como um recurso desperdiçado. Após a visão de recurso desperdiçado, o meio ambiente passa a ser encarado como uma oportunidade de mercado, como exemplo pode-se citar a experiência norte-americana de escoamento de resíduos nos rios. Cada empresa tem uma cota máxima baseada na legislação para a descarga de efluentes, entretanto a empresa pode investir para diminuir a emissão desses efluentes e negociar sua cota com outras empresas menos eficientes. Tal medida age como um controle, como uma atividade econômica e principalmente como uma nova oportunidade de geração de receita.

Outro incentivo para que as empresas preservem o meio ambiente é que as linhas de crédito oferecidas por certas instituições como o BID e o Banco Mundial para serem aprovadas é necessário o enquadramento da empresa em um perfil de comprometimento com o meio ambiente e a utilização dos recursos obtidos em projetos que não agridam o meio ambiente. No Brasil para obter as linhas de financiamento do BNDES é necessário um estudo ambiental do projeto a ser financiado, além de outras linhas específicas com condições especiais para compra de máquinas, treinamento e outras atividades que tenham o escopo ambiental.

3. Licenciamento ambiental

3.1 Definição

O licenciamento ambiental é um dos instrumentos de aplicação do princípio constitucional que diz caber ao Estado o dever de disciplinar as obras e atividades econômicas de acordo com a defesa do meio ambiente. Para que uma atividade potencial ou efetivamente degradadora do meio ambiente possa se estabelecer, é preciso que o Estado conceda ao empreendedor licenças para a implantação de sua atividade. Estas licenças são normalmente expedidas pelo órgão de controle ambiental dos estados. O licenciamento é um instrumento de caráter preventivo e busca conciliar a preservação da qualidade ambiental e o desenvolvimento econômico.

De acordo com a resolução do CONAMA 237/97 as atividades ou empreendimentos sujeitos ao Licenciamento Ambiental são os seguintes:

Extração e tratamento de minerais

- Pesquisa mineral com guia de utilização
- Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento
- Lavra subterrânea com ou sem beneficiamento
- Lavra garimpeira
- Perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural
- Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados à extração fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como: produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto e vidro, entre outros
- Indústria metalúrgica
- Fabricação de aço e de produtos siderúrgicos
- Produção de fundidos de ferro e aço/forjados/arames relaminados com ou sem tratamento de superfície inclusive galvanoplastia
- Relaminação de metais não ferrosos, inclusive ligas
- Produção de sodas e anodos
- Metalurgia e metais preciosos

- Metalurgia do pó, inclusive peças moldadas
- Fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia
- Têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície
- Fabricação de artefato de ferro/aço e de metais não ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia
- Indústria mecânica
- Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico e/ou de superfície

Indústria de material de transporte

- Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos
- Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática
- Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores

Indústria de material de transporte

- Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios
- Fabricação e montagem de aeronaves
- Fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes

Indústria de madeira

- Serraria e desdobramento de madeira
- Preservação de madeira
- Fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada
- Fabricação de estruturas de madeira e de móveis
- Indústria de papel e celulose
- Fabricação de celulose e pasta mecânica
- Fabricação de papel e papelão
- Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada

Indústria de borracha

- Indústria de borracha natural
- Beneficiamento de borracha natural

- Fabricação de câmara de ar e fabricação e acondicionamento de pneumáticos
- Fabricação de laminados e fios de borracha
- Fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex

Indústria de couro e peles

- Secagem e salga de couros e peles
- Curtimento e outras preparações de couro e peles
- Fabricação de artefatos diversos de couros e peles
- Fabricação de cola animal

Indústria química

- Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos
- Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira
- Fabricação de combustíveis não derivados do petróleo
- Produção de óleos/gorduras/ceras vegetais-animais/óleos essenciais vegetais e outros produtos de destilação da madeira
- Fabricação de resinas e de fibras artificiais e sintéticos de borracha e látex sintéticos
- Fabricação de pólvora/explosivos/detonantes/munição para caça-desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos
- Recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais
- Fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos
- Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas
- Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes
- Fabricação de fertilizantes e agroquímicos
- Fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários
- Fabricação de sabões, detergentes e velas
- Fabricação de perfumarias e cosméticos
- Produção de álcool etílico, metanol e similares

Indústria de laminados plásticos

- Fabricação de laminados plásticos
- Fabricação de artefatos de material plástico

Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecido

- Beneficiamento de fibras têxteis, vegetais de origem animal e sintéticos
- Fabricação e acabamento de fios e tecidos
- Tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos de diversos tecidos
- Fabricação de calçados e componentes para calçados

Indústria de produtos alimentares e bebidas

- Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares
- Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal
- Fabricação de conservas
- Preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados
- Preparação, beneficiamento de industrialização de leite e derivados
- Fabricação e refinação de açúcar
- Refino/preparo de óleo e gorduras vegetais
- Produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação
- Fabricação de fermentos e leveduras
- Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais
- Fabricação de vinhos e vinagre
- Fabricação de cerveja, chopes e maltes
- Fabricação de bebidas não-alcóolicas, bem como engarrafamento e gaseificação de águas minerais
- Fabricação de bebidas alcóolicas

Indústria de fumo

Fabricação de cigarros/charutos/cigarrilhas e outras atividade de beneficiamento do fumo

Indústrias diversas

- Usinas de produção de concreto
- Usinas de asfalto
- Serviços de galvanoplastia

Obras civis

- Rodovias, ferrovias, hidrovias
- Barragens e diques
- Canais para drenagem
- Retificação de curso de água
- Abertura de barras, embocaduras e canais
- Transposição de bacias hidrográficas

Serviços de utilidade

- Produção de energia termoelétrica
- Transmissão de energia elétrica
- Estações de tratamento de água
- Interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário
- Tratamento e destinação de resíduos industriais (líquidos e sólidos)
- Tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas
- Dragagem e derrocamentos em corpos d'água
- Recuperação de áreas contaminadas ou degradadas
- Transporte, terminais e depósitos
- Transporte de cargas perigosas
- Transporte por dutos
- Marinas, portos e aeroportos
- Terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos
- Depósitos de produtos químicos e produtos perigosos

Turismo

- Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos

Atividades diversas

- Parcelamento do solo
- Distrito e pólo industrial

Atividades agropecuárias

- Projetos agrícolas

- Criações de animais
- Projetos de assentamento e colonização

Uso de recursos naturais

- Silvicultura
- Exploração econômica de madeira ou lenha e subprodutos florestais
- Atividade de manejo de fauna exótica e criadouro de fauna silvestre
- Utilização do patrimônio genético natural
- Manejo de recursos aquáticos vivos
- Introdução de espécies exóticas e/ou geneticamente modificadas
- Uso da diversidade biológica pela biotecnologia

O objetivo de listar esses empreendimentos era verificar realmente quais as atividades que são fiscalizadas e que necessitam de um estudo de impacto ambiental prévio para permitir seu funcionamento.

Esses empreendimentos necessitam realizar relatórios para obtenção do licenciamento para iniciar suas atividades. No Brasil, o licenciamento ambiental está condicionado à realização de relatórios que analisem as características principais do empreendimento bem como seus impactos no meio ambiente. Dentre esses relatórios destaca-se o RAP (Relatório Ambiental Preliminar) e o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental).

O RAP, enquanto primeiro documento para o licenciamento, instrumentaliza a decisão quanto à exigência ou dispensa de EIA-RIMA. Ele consiste em um relatório mais conciso e mais simples de ser elaborado. Dentre os itens que devem ser considerados no RAP destaca-se: caracterização do empreendimento, diagnóstico ambiental preliminar da área de influência, identificação e avaliação dos impactos ambientais, medidas mitigadoras e compensatórias.

Sendo o empreendimento considerado causador de grande impacto no meio ambiente é solicitada a elaboração do EIA-RIMA, o qual representa um relatório bem mais complexo e detalhado. Ele é necessário para a obtenção da licença prévia.

O licenciamento de um empreendimento segue as seguintes etapas:

→ Licença prévia - corresponde à fase de planejamento do projeto. Nesta etapa é solicitada a realização do EIA e seu respectivo RIMA. Define-se a viabilidade ambiental do empreendimento. O empreendimento recebe a licença prévia caso seu RIMA seja aprovado.

→ Licença de instalação – define-se as condições para a implantação do empreendimento através da determinação das exigências para construção e operação de maneira mais detalhada.

→ Licença de operação/funcionamento - permite a entrada em funcionamento da entidade, concedida após feita a vistoria da obra e se a mesma cumpriu todas as exigências anteriores.

3.2 O Processo de Licenciamento

O licenciamento de empreendimento, dependendo de sua natureza, pode ser dado pela CETESB ou pelo DAIA.

A CETESB

A CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SMA, tem como atribuições principais a prevenção e o controle da poluição do meio

ambiente no Estado de São Paulo, com base na Lei Estadual 997/76 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual 8468/76.

No exercício dessas atribuições, a CETESB atua corretivamente nos estabelecimentos industriais considerados regularmente existentes à data da publicação do Regulamento acima mencionado e preventivamente por meio do licenciamento, nos estabelecimentos criados desde então.

O sistema de licenciamento implantado na Companhia tem como principal objetivo o controle preventivo de fontes de poluição ambiental, estabelecidas a partir de 8 de setembro de 1976. Esta sistemática prevê dois tipos de licença: a de Instalação e a de Funcionamento.

A partir da data da Regulamentação do Decreto Estadual 8468, ocorrida em 08/09/76, ficaram sujeitos ao sistema de licenciamento os seguintes empreendimentos:

- loteamentos;
- construção, reconstrução ou reforma de prédio destinado à instalação de uma fonte de poluição;
- instalação de fonte de poluição em prédio já construído;
- instalação, ampliação ou alteração de uma fonte de poluição.

A Licença de Instalação é o documento expedido pela CETESB, que permite a instalação de uma determinada fonte de poluição em um determinado local, desde que atenda às disposições legais.

Na análise da solicitação de Licença de Instalação são considerados fatores como critérios ambientais, características do local, diretrizes municipais e estaduais de uso e ocupação do solo, de maneira que, agindo preventivamente, seja evitada a ocorrência de problemas de poluição ambiental no futuro. A Licença de Instalação pode ser expedida com ou sem

exigências técnicas que devem ser cumpridas por ocasião do início de operação da empresa.

A Documentação necessária para formalizar o pedido de licença de Instalação é constituída de:

Impresso denominado "Solicitação de", utilizado para quaisquer pedidos de Licenças, Certificados ou Pareceres;

Comprovante de pagamento de preço para expedição de licença;

Disposição física dos equipamentos (lay-out);

Certidão da Prefeitura Municipal Local, especificando as diretrizes de uso do solo e aprovando a instalação da empresa;

Certidão do órgão responsável pelo serviço de distribuição de água e coleta de esgotos;

Impresso MCE – Resíduos Industriais – Folha Adicional, com informações sobre geração, composição e destinação de resíduos industriais;

Publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo, e em um periódico, em que seja informado o ato de solicitação da Licença de Instalação.

As fontes instaladas na Região Metropolitana de São Paulo, estão sujeitas ainda ao licenciamento frente à Lei Estadual 1817, de 27/10/78, que estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano e disciplina o zoneamento industrial, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana de São Paulo.

A Licença de Funcionamento é o documento que autoriza o início das atividades de determinada fonte de poluição que deve, previamente, ter recebido a Licença de Instalação.

Quando a comprovação do atendimento à(s) exigência(s) técnica(s), exigir o funcionamento ou operação da fonte de poluição, para verificação do

sistema de controle adotado, pode ser expedida uma Licença de Funcionamento a título precário.

Segundo informações obtidas dos técnicos da CETESB e também de relatórios da mesma instituição, a Licença de Funcionamento não será expedida se, por ocasião da vistoria técnica no local, constatar-se alguma das seguintes situações:

- as exigências técnicas constantes da Licença de Instalação não estiverem totalmente cumpridas;
- as instalações e atividades não corresponderem às mencionadas no Memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, apresentado pelo interessado, por ocasião do pedido de Licença de Instalação.

Quando não houver possibilidade de se instalar todos os equipamentos/atividades constantes do MCE, faculta-se ao interessado solicitar Licença de Funcionamento Parcial, apenas para a parcela do empreendimento efetivamente implantada.

A documentação necessária para formalizar o pedido de LF é constituída de:

Comprovante de pagamento de preço para expedição de licença;

Publicações no Diário Oficial do Estado e em um periódico sobre a solicitação da Licença.

ATENDIMENTO A MICROEMPRESAS

Um ponto interessante a respeito do licenciamento é o do tratamento diferenciado oferecido anteriormente as pequenas empresas e que modificou-se. A CETESB, a partir de 01/01/98 passou a exigir novamente o licenciamento de todas as microempresas consideradas como fontes potenciais

de poluição nos termos do Artigo 57, do Regulamento da Lei Estadual n.º 997/76, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 8468/76.

As microempresas nessa condição haviam sido dispensadas do licenciamento desde 1986, em face de uma deliberação interna da Companhia, que tinha como objetivo estimular a instalação de microempresas no Estado de São Paulo, simplificando o processo de licenciamento em consonância com a política nacional de benefícios para o desenvolvimento de microempresas vigente à época.

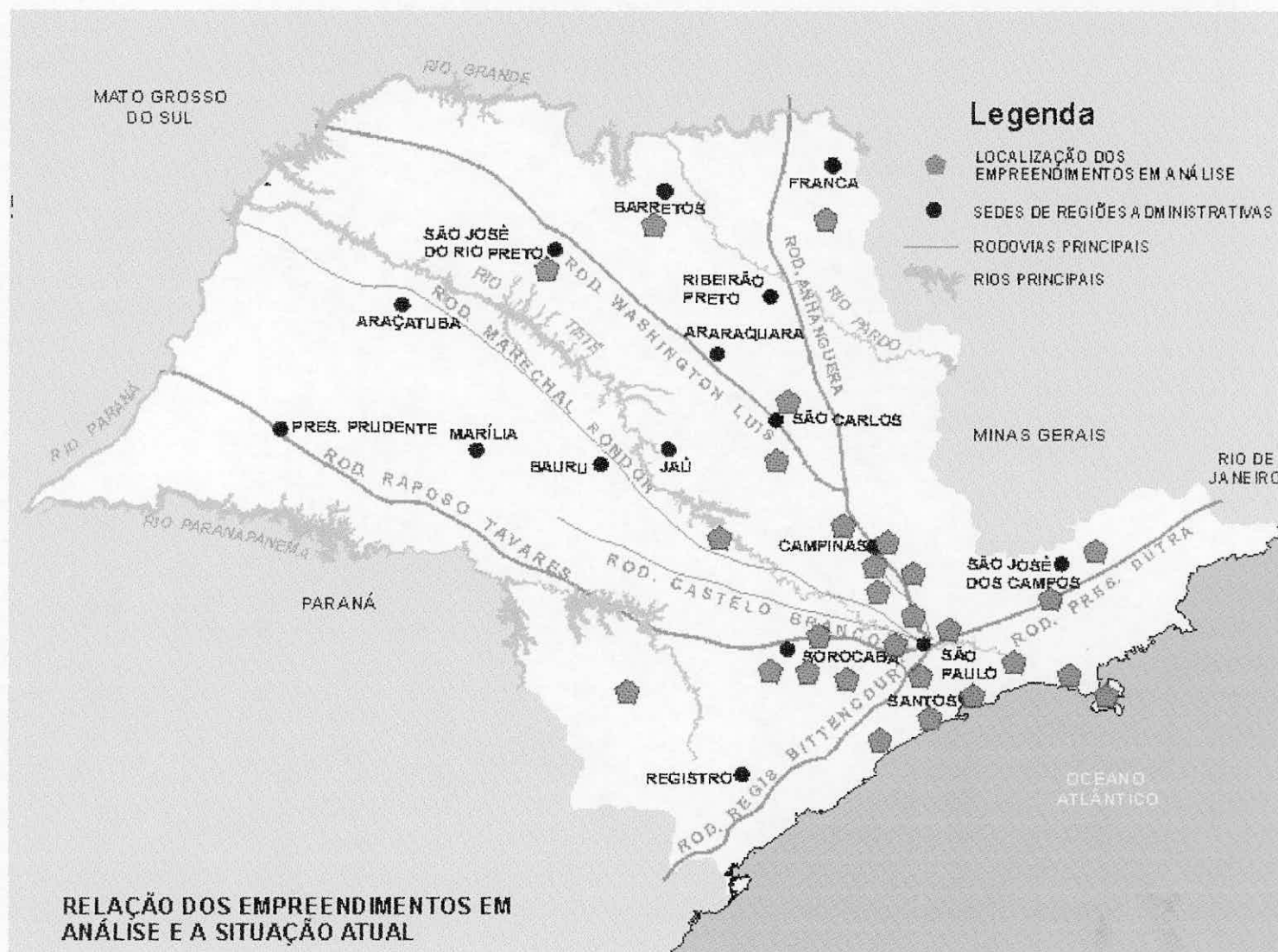
Conforme demonstra a experiência acumulada pela CETESB, a dispensa de licenciamento mostrou-se inadequada sob o ponto de vista de controle da poluição e sob o próprio ponto de vista das microempresas, uma vez que as mesmas comumente se instalavam sem observar as restrições ambientais normalmente exigidas de empresas licenciadas. Posteriormente, esses empreendimentos acabavam sofrendo autuação corretiva da CETESB, que não raras vezes, culminavam em interdição das indústrias, acarretando aos empresários prejuízos que poderiam ser evitados caso tivessem sido submetidos ao sistema de licenciamento.

A CETESB, observando esse aspecto e especialmente a questão legal, retomou o processo de licenciamento para microempresas, objetivando cumprir sua atribuição de informar e orientar preventivamente antes de agir corretivamente, sobre as fontes de poluição.

Motivada ainda pelo espírito de incentivo à instalação de microempresas no Estado de São Paulo, a CETESB estabeleceu a redução do preço cobrado pela análise das licenças e criou procedimento simplificado e expedito para o licenciamento de fontes consideradas de baixo potencial poluidor.

A CETESB possui uma sede central localizada na cidades de São Paulo e uma série de regionais espalhadas por todo o estado.

A figura a seguir oferece um mapeamento da localização das regionais da CETESB por todo o estado e a localização dos empreendimentos em análise em maio de 1999.



O DAIA

O DAIA - Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – pertencente a Secretaria do Meio Ambiente, analisa os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental através da avaliação de impacto ambiental.

Encontra-se dividido em diretorias/departamentos de acordo com o tipo de empreendimento a ser analisado:

- DASE: Diretoria de Avaliação de Sistemas de Energia e Saneamento
- DAMI: Diretoria de Avaliação de empreendimentos minerários
- DARS: Diretoria de Avaliação de complexos industriais e disposição de resíduos sólidos
- DATR: Diretoria de Avaliação de Sistemas de transportes e Estruturas Lineares (gasodutos/oleodutos)
- DAUL: Diretoria de Avaliação de Sistemas Urbanos e de lazer.

Cada uma dessas diretorias realiza a análise dos EIA/RIMAs de acordo com sua natureza.

Ao solicitar esse licenciamento, o empreendedor deverá entregar o RAP- Relatório Ambiental Preliminar. Para orientar a elaboração desse documento técnico o DAIA coloca à disposição dos interessados vários manuais, organizados por tipo de empreendimento.

Para orientar a elaboração do EIA e do Rima, o DAIA fornece ao empreendedor um Termo de Referência - documento que estabelece o escopo mínimo que o EIA e o RIMA devem contemplar, além das questões pontuais mais importantes.

Os documentos expedidos pelo DAIA são:

TR – Termo de Referência;

LP – Licença Ambiental Prévia – define a viabilidade ambiental do empreendimento;

LI – Licença de Instalação – define as condições para a implantação do empreendimento;

LO – Licença de Operação – define as condições e concede permissão para que o empreendimento possa operar.

3.3 O EIA - RIMA

O EIA-RIMA, regulamentado pelas resoluções 01/86 e 42/94 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, corresponde a “um estudo das possíveis modificações nas diversas características sócio-econômicas e biofísicas do meio ambiente que podem resultar de um projeto proposto”. Trata-se de “procedimento administrativo de prevenção e de monitoramento de danos ambientais”, com o objetivo de se prevenir a ocorrência de problemas ambientais antes que os mesmos aconteçam.

Para que se tenha uma melhor idéia de como é tal estudo torna-se necessário explicitar o que vem a ser impacto ambiental. Impacto ambiental é “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais”.

O EIA deve obedecer as seguintes diretrizes:

- a) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-se com a hipótese de sua não realização;
- b) identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;
- c) definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;
- d) considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

O EIA/RIMA é realizado em sua maior parte por empresas especializadas (consultorias ambientais) que pesquisam todas as informações necessárias e elaboram o relatório. Para se ter uma idéia melhor do que consiste o EIA/RIMA serão listados abaixo os principais pontos que devem estar presentes nesse estudo:

- informações gerais sobre o empreendimento e sua caracterização;
- área de influência atingida pelo empreendimento - diagnóstico ambiental: análise do meio físico, biológico e antrópico (aspectos sociais);
- análise dos impactos ambientais;
- proposição de medidas mitigadoras;
- programa de monitoramento e acompanhamento dos impactos ambientais

Após a realização do estudo e elaborado o relatório de impacto ambiental, o projeto é submetido a aprovação do órgão estadual competente (DAIA). O EIA/RIMA é um instrumento de apoio para a tomada de decisão para o processo de licenciamento, de produção de conhecimentos técnicos e científicos, de socialização de conhecimento para toda sociedade, permitindo

ainda a elaboração de estudos mais detalhados e indicando a necessidade de programas de monitoramento.

A tabela a seguir apresenta a situação dos empreendimentos que elaboraram o EIA/RIMA e que estão atualmente em processo de avaliação para receberem ou não suas licenças .

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA
RELATÓRIOS DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

MUNICÍPIO	DATA ENTRADA	PROCESSO	EMPREENDEDOR	EMPREENDIMENTO	CONSULTORA	SITUAÇÃO
Analândia	18/07/97	13545/97	Sibelco Mineração Ltda.	Extração Mineral (areia industrial)	PROMINER Projetos S/C Ltda.	Aguardando manifestação do Grupo de Cerrado
Barretos	08/06/98	13617/97	Cerâmica Souza de Barretos	Extração de Argila	Ser-Geo Serviços Geológicos S/C Ltda	Aguarda manifestação do DEPRN
Bertioga	01/10/98	13738/98	Sobloco Construtora S/A	Loteamento Jardim das Praias	JNS Engenharia Consultoria e Gerenciamento S/C Ltda.	Encaminhado ao GALA
Biritiba Mirim / Mogi da Cruzes	07/06/95	13504/95	Empresa de Mineração Lopes Ltda.	Extração Mineral (argila)	PROMINER Projetos S/C Ltda	Aguarda manifestação do DEPRN
Biritiba-Mirim	12/04/95	7047/95	Mineração Horboy Clays Ltda	Extração Mineral (areia)	MINERGEIO - Assessoria em Projetos em Geologia e Mineração	Em análise
Caçapava	28/08/92	7204/92	Jambeiro Extração e Comércio de Areia	Extração Mineral (areia)	AGRA - Agrônomos Associados S/C Ltda.	Reencaminhado ao Consema
Campinas	23/12/98	13516/97	Sete Quedas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plano de Desenvolvimento Urbano Fazenda Sete Quedas	3P Pesquisa, Planejamento e Projetos	Aguardando complementação Nova Audiência Pública a ser marcada
Cubatão	20/02/97	13562/96	Brasterra Empr. Imob. Ltda	Programa de Desenvolvimento Urbano	JGP - Consultoria e Participações Ltda	Aguardando manifestação IBAMA/SPU
Descalvado	03/09/98	13623/97	Mineração Jundú Ltda	Extração Mineral (areia industrial)	PROMINER Projetos S/C Ltda	Aguardando manifestação do Grupo de Cerrado
Franca	18/03/96	13510/96	SABESP - Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Sistema Produtor de Água de Franca	Montebello Engenharia Ltda.	Em Análise
Ibiuna	18/08/94	7219/94	Porto de Areia Jone / Porto de Areia Belo Pereira	Extração Mineral (areia)	MGA	Aguardando manifestação do IBAMA

Ilha Bela	24/03/98	13522/95	Prefeitura Municipal de Ilha Bela	Aeródromo de Ilha Bela	JNS Engenharia Consultoria e Gerenciamento S/C Ltda.	Aguardando complementação
Itapeva	15/01/90	7001/90	Cia. Cimento Portland Maringá	Extração Mineral (dolomita/quartzito)	José Ricardo de Carvalho	Aguarda manifestação d IBAMA
Itatiba	09/12/94	7343/94	Agropecuária Santa Rosa Ltda	Plano de urbanização	CEMA - Consultoria em Meio Ambiente S/C Ltda.	Solic. Inform. Complementar até 07/07/99
Itirapina/ São Carlos	31/05/99	13720/99	Sibelco Mineração Ltda	Extração e tratamento de Minérios	Madalena Ré Paisagismo S/C Ltda	Aguarda Análise
Peruibe	26/02/92	7065/92	Genoa Empreendimentos Ltda	Balneario Terras do Bambore	PROMINER Projetos S/C Ltda	Aguarda relação de fauna/flora e do empreendedor.
Praia Grande	28/06/93	7103/93	Cidade Náutica Imóveis S/C Ltda	Loteamento Condomínio Recreio das Águas	JNS - Engenharia Consultoria e Gerenciamento S/C	Aguarda manifestação d IF e do DEPRN
Ribeirão Preto	02/02/99	13586/99	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	Projeto Fazenda Baixadão	EPAL - Engenheiros Associados S/C Ltda	Aguardando Câmara Técnica do Consema em 28/07/99
Salto de Pirapora	15/02/91	7025/91	Cia de Cimentos Ipanema	Calcário	FIPAI - Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial - USP - São Carlos	Em Análise
Santa Maria da Serra/Anhembí	23/12/98	13515/96	Cesp - Cia Energética de São Paulo	Aproveitamento Múltiplo Santa Maria da Serra	CSD-GEOKLOCK Geologia e Eng. Ambiental Ltda	Aguardando Inform. Complementar
Santana do Parnaíba	31/01/92	7039/92	Construtora Alburquerque, Takaoka S/A	Loteamento Alphaville Residencial 14 Empresarial 3	Equipe UMAH - Urbanismo, Meio Ambiente e Habitação S/C Ltda.	Em análise
São Caetano do Sul	19/10/95	13525/95	Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul	Usina Termosselativa de Lixo	COGITO Consultoria de Planejamento S/C Ltda.	Aguardando complementação
São Paulo	27/08/96	13536/96	DER - Departamento. Estradas de Rodagem	Prolongamento da Rodovia Castelo Branco e Carlos Tononi	MPS - Gestão da Qualidade e do Meio Ambiente Ltda.	Aguarda manifestação d DER
São Paulo	18/11/97	13597/97	EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia	Usina Termelétrica	CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores	Arquivado

São Paulo	16/01/98	13524/98	Iúdice Mineração Ltda	Extração Mineral (granito)	BSA Consultores & MS Milessegundo Representações Ltda	Em Análise
São Paulo	21/08/97	13554/97	Pedreira Itapira Ltda.	Extração Mineral (basalto)	PROMINER Projetos S/C Ltda	Aguardando complementaçã; até 24/07/99
São Paulo	29/03/93	7045/93	Victorio Canteruccio e Outros	Aterro de Resíduos Industriais não Perigosos	Geocorp Geologia e Meio Ambiente S/C	Aguardando complementaçã;
São Sebastião	09/02/88	137/88	SABESP - Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Emissário Submarino São Sebastião	Montebello Engenharia Ltda.	CETESB solicitou complementaçã;
Sorocaba	01/04/88	13530/97	José Carlos Silvano	Extração Mineral (areia/ argila)	MINERGEIO - Assessoria em.Projetos em Geologia Ltda.	Em análise
Taubaté/ Pindamonhangaba	10/03/92	7072/92	DERSA - Desenvolvimento. Rodoviário S/A	Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto - Lote 8	PROTRAN Engenharia S/C	Aguada manifestação d DERSA
Valinhos	27/06/91	7124/91	Ridai - Comércio de Areia, Pedra e Tijolo Ltda.	Extração Mineral (areia)	SANTOVITO - Serviços de Geologia S/C Ltda.	Aguardando contato do empreendedor até 09/08/99
Vinhedo	21/07/98	13555/96	Parque Temático PlayCenter S/A	Parque Temático "Great Adventure"	ERM do Brasil Ltda.	14/07/99 Parec Aprovado Consema/Emis de L.I.

4. Casos Analisados

A seguir são apresentados três processos que foram analisados pela Secretaria do Meio Ambiente. Esses casos compreendem desde a análise do EIA/RIMA até a concessão das devidas licenças permitindo o funcionamento dos empreendimentos em questão. É importante ressaltar que eles buscam demonstrar como os EIA/RIMAs são analisados, o andamento dos processos, que pontos costumam apresentar falhas, o que é feito diante dessas falhas e posteriormente como são fiscalizadas – se realmente isso é feito.

Os processos em questão foram escolhidos ao acaso e cada um representa um empreendimento de diferente natureza: atividade minerária, atividade industrial, resíduos sólidos. O objetivo era verificar se os diferentes departamentos que analisam os diferentes tipos de estudos ambientais o realizam de maneira uniforme ou estão sujeito a modificações. A intenção inicial era analisar um EIA/RIMA de cada departamento, entretanto devido a imensa dificuldade de se obter os dados completos e coerentes desses processos a amostra restringiu-se apenas a três relatórios.

Os resultados demonstrados abaixo foram resultado de um estudo realizado em quatro etapas: leitura do EIA/RIMA elaborado pelo empreendedor, análise do processo referente ao estudo ambiental em questão, consulta a membros do DAIA para saber do andamento de tal processo, e, finalmente, consulta a regionais da CETESB responsável pela fiscalização do empreendimento para saber do andamento quanto ao cumprimento das medidas mitigadoras acordadas.

4.1 Caso 1

A empresa Luciano Rodrigues Ltda requereu em 14/12/90 um trecho no leito do rio Paraíba do Sul junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com 5000 m de extensão, que se destinaria à extração de areia e cascalho por meio de dragagem por sucção. O depósito de areia situa-se em terrenos de propriedade da empresa. Para estocar a areia dragada do trecho o empreendedor utiliza dois portos, ambos na faixa de preservação permanente.

A Prefeitura Municipal de Lorena, concedeu autorização para a empresa em 16/11/1990, para extrair areia e cascalho no referido trecho, pelo prazo de cinco anos. As atuais leis de preservação ambiental levaram a interessada a realizar o EIA/RIMA, com o objetivo de regularizar sua situação junto a CETESB e a Secretaria do Meio Ambiente.

O referido EIA/RIMA passa então pela análise do DAIA o qual verifica uma série de irregularidades. A licença concedida pela Prefeitura de Lorena não foi incorporada ao EIA/RIMA bem como uma série de documentos imprescindíveis para a análise. No estudo não foi apresentado qualquer dado sobre a reserva de areia disponível, nem tampouco a discussão sobre a vida útil do empreendimento ou plano de lavra, informações estas imprescindíveis para avaliar a viabilidade do mesmo. Outros documentos referentes a área e a amplitude do empreendimento estavam ausentes. Além disso, a discussão dos impactos ambientais causados pela atividade e apresentação das medidas mitigadoras não estava clara, se mostrando insuficiente e altamente genéricos.

Após a análise do EIA/RIMA, o DAIA decide pela sua reprovação sendo vedada a concessão da LI (Licença de Instalação).

Posteriormente o empreendedor apresenta complementações do estudo a CETESB em 09/12/1992. A partir disso o empreendimento isoladamente seria passível de licenciamento com a dispensa do EIA/RIMA desde que adequasse seu lay out de acordo com plano de gestão AIMEAI, o qual declara que as atividades no leito do rio deverão localizar-se a uma distância mínima de 100m da margem.

A empresa requer junto a justiça a solicitação da LI. Ao que a SMA concede em vista da readequação do *lay out* e a dispensa do EIA/RIMA, de acordo com a norma CETESB 07010/90

De acordo com as informações obtidas pela regional da CETESB – regional de Taubaté - responsável pela fiscalização do empreendimento, as exigências realmente foram atendidas e o mesmo continua funcionando, sendo continuamente fiscalizado.

4.2 Caso 2

A empresa de loteamento industrial Auferville pretende construir um distrito industrial na região de Jacareí e para tanto encaminha o EIA/RIMA ao DAIA para análise em meados de 1991. Após a análise o DAIA requer junto a empresa complementações do documento, devido a ausência de dados para análise. No estudo não foi definido o tipo de indústria a ser instalado no loteamento. Em vista disso, técnicos da SMA/CPLA (Coordenadoria de Planejamento Ambiental) e CETESB vão ao local do empreendimento para avaliar sua situação e subsidiar o parecer técnico final. É pedido ainda a regional da CETESB várias análises do local - aspectos

geológicos – para verificar se o mesmo suporta a magnitude do empreendimento.

Técnicos da CETESB realizam essas análises passando posteriormente essas informações ao DAIA.

Posteriormente é realizada uma reunião entre a SMA e representantes do empreendimento para esclarecer as dúvidas a respeito dos aspectos geológicos. Nessa reunião acorda-se soluções para os problemas e projetos para fase de implantação.

A resolução do SMA/RIMA 006/91 obriga o empreendedor cumprir as medidas mitigadoras e as exigências propostas no parecer técnico. Em 22/11/1991 é aprovado o EIA/RIMA.

No início de 1992 o DAIA pede esclarecimentos ao DPRN (Departamento de Proteção de Recursos Naturais) sobre certas exigências técnicas para poder liberar a LI.

A empresa requer a LI junto a CETESB em 11/1992 visto a aprovação do EIA/RIMA, o DAIA pede maiores esclarecimentos sobre as condições atuais do empreendimento o que diz respeito as exigências pedidas anteriormente junto a regional da CETESB.

Como resposta a regional afirma que as exigências foram atendidas e foram encaminhadas autorizações do IBAMA, da Prefeitura Municipal de Jacareí, do CONDEPHAAT, da CETESB, do DPRN e do Centro de Vigilância Sanitária. Em virtude dessa resposta a LI é concedida.

4.3 Caso 3

Em 1997 a empresa BASF encaminha um EIA/RIMA ao DAIA pelo fato de pretender instalar uma nova central de incineração em sua fábrica já existente em na região de São José dos Campos/Aparecida do Norte.

Primeiramente o EIA/RIMA teve que ser reelaborado devido a falta de informações do mesmo. Foram pedidas ainda, algumas análises a outros departamentos. O EIA/RIMA é reelaborado e apresentado com complementações e medidas mitigadoras. É aprovado. Acorda-se que a LI é a a LF serão dadas junto a CETESB, a qual deverá apresentar relatório de monitoramento à comissão de resíduos sólidos. É dada a Licença Prévia.

Após consulta a regional da CETESB foi possível saber que a Licença de Instalação seria dada no mês de Agosto de 99. Segundo eles a demora para emití-la ocorreu devido a falta de pessoal e infra-estrutura para analisar/fiscalizar o grande número de processos existentes.

Para emitir a LI a CETESB espera ser dado uma série de pareceres técnicos elaborados pela CETESB da capital e também por análise da regional. Após ser concedida a LI a empresa é regularmente monitorada e é grande a preocupação em adequar o projeto nessa fase de instalação para evitar maiores prejuízos no futuro.

5. O Comportamento ambiental das empresas

Todas as mudanças ocorridas no ambiente em que as empresas atuam geraram modificações em sua performance administrativa. Uma nova visão na gestão dos recursos naturais possibilitando eficácia e eficiência na atividade econômica e mantendo a diversidade e a estabilidade do meio ambiente é colocada. A excelência ambiental passa a ser considerada necessária para o sucesso da empresa, para tanto a proteção ambiental torna-se também uma função da administração.

Existem vários diferentes tipos de instrumentos indutores de uma política empresarial sustentável:

→ instrumentos de política pública - corresponde a instrumentos de comando e controle, os de aspectos econômicos e as atitudes voluntárias. A maioria dos países do mundo está caminhando para uma política econômica e auto voluntária, porém o Brasil, na maioria das vezes, ainda opta por políticas de comando e controle;

→ sistemas de gestão ambiental - estrutura, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos da organização para a implementação e manutenção da gestão ambiental (partes da função geral de uma empresa ou organização que desenvolve, implementa, concretiza, revisa e mantém a política ambiental relativa as metas ambientais da organização);

→ rotulagem ambiental (selos verdes) - consumidores já satisfeitos em suas necessidades quantitativas buscam produtos que não agredam o meio ambiente, dispondo-se, muitas vezes, até a pagar mais por produtos ambientalmente saudáveis.

Mais especificamente falando sobre instrumentos de política pública trataremos um pouco sobre o licenciamento ambiental. Na avaliação ambiental realizada no estado de São Paulo a empresa deve observar os seguintes quesitos:

- a) adoção de medidas para avaliação , controle e prevenção de suas atividades nos vários componentes do meio ambiente;
- b) o gerenciamento do uso e conservação das formas de energia utilizadas;
- c) o uso racional e econômico de matéria-prima e de transporte;
- d) a minimização, reciclagem, tratamento ou disposição segura de resíduos sólidos, líquidos e gasosos;
- e) o aperfeiçoamento dos modos de produção, com o objetivo de torná-los menos agressivos ao meio ambiente;
- f) o planejamento de produtos, com vistas a eliminar ou minimizar seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- g) a prevenção e limitação de acidentes;
- h) a conscientização, treinamento e motivação dos funcionários quanto aos cuidados para com a preservação ambiental;
- i) a informação ao público externo sobre as atividades da instituição e relacionamento com a comunidade localizada em seu entorno e, também, do direito de conhecimento de riscos involuntários a que está submetida.

Em um primeiro momento, estas formulações representam apenas instrumentos de controle, mas que posteriormente possibilitam outras implicações favorecendo a questão ambiental em outros aspectos já explicitados na parte que tratou sobre o EIA/RIMA.

Conclusões

A partir da elaboração do trabalho foi possível constatar uma série de informações sobre a questão ambiental, legislação ambiental, seu impacto nas empresas e temas afins.

Como pode ser observado no decorrer do texto e quotidianamente a variável ambiental está em crescente desenvolvimento e sua influência em diversos setores da sociedade tende a aumentar continuamente.

Por causar impactos diretos no meio ambiente, em sua grande parte, as empresas demonstram preocupar-se com essa questão, quer seja apenas para se adequar as normas vigentes ou por ver na área ambiental uma oportunidade de mercado e de desenvolvimento econômico. No Brasil e por que não afirmar na maior parte do mundo os interesses econômicos ainda prevalecem o que explica a necessidade da atuação direta do Estado no sentido de evitar maiores catástrofes.

Dentro deste cenário pode-se afirmar que a relação empresas e legislação ambiental no Brasil ainda está em uma fase de amadurecimento, muito aquém do desejado, porém se comparado com a situação anterior representa um certo desenvolvimento que merece ser destacado.

Inicialmente a legislação ambiental brasileira caracterizava-se por ser única e exclusivamente uma legislação de comando e controle, mas se analisarmos o contexto da época esse tipo de legislação era extremamente necessária no sentido de mudar a cultura das pessoas em relação a questão ambiental. A punição pode ser considerada um instrumento eficaz para se mudar um comportamento até então não questionado em sua totalidade. Como exemplo dessa afirmação é válido relembrar a lei do uso obrigatório do cinto de segurança. Considerada por muitos como um abuso de privacidade e

ineficaz por não estar “conscientizando” a população, não pode negar que a mesma não tenha atingido seu objetivo salvando diversas vidas e fazendo com que as pessoas se habituassem ao uso do cinto de segurança.

Apesar de estar justificando o fato da legislação brasileira ser considerada de comando e controle, é inegável que ela apresenta uma série de pontos negativos. Uma legislação preventiva é extremamente mais eficaz que uma de comando/controle, pois diminui os gastos, evita a ocorrência de grande prejuízos futuros, além de estar possibilitando a conscientização do empreendedor da importância de se preservar o meio ambiente. A legislação ambiental brasileira atualmente ainda continua tendo fortes características paliativas e imediatistas, porém pode ser observada algumas mudanças nesse sentido. Leis como a do EIA/RIMA e do licenciamento ambiental representam a introdução desses aspectos de prevenção do dano ambiental.

De acordo com as análises feitas sobre os EIA/RIMAs, o funcionamento dos órgãos normativos e fiscalizatórios pode-se concluir que a legislação ambiental atualmente vigente no país interfere no modo de gerenciar das empresas no que diz respeito a questão ambiental: elas passam a ter um cuidado maior no sentido de avaliar os impactos que o empreendimento venha a causar no ambiente em que está inserido, além de propiciar medidas mitigadoras dos eventuais prejuízos causados. Isso mostra uma preocupação do empreendedor com o meio ambiente mesmo que apenas motivado pela necessidade de obter a licença de instalação e/ou operação.

É verdade que grande parte dos estudos ambientais feitos apresentam falhas de informações e adequações, porém a necessidade de se obter o licenciamento obriga o empreendedor a ter uma preocupação prévia e

mais rigorosa com os danos que venha causar e isso é um passo fundamental para preservação.

No decorrer da pesquisa e das visitas realizadas nos órgãos competentes, principalmente no DAIA, foi possível verificar vários pontos falhos no processo de licenciamento que muitas vezes é complexo e inchado: apresenta inúmeras fases é dividido entre diversos órgãos que não estão totalmente conectados entre si. Isso possibilita um processo extremamente burocrático e demorado. Pude constatar essa situação quando estava escolhendo os EIA/RIMAs para serem analisados, é extremamente difícil ter acesso aos processos presentes na SMA (apesar de se afirmar que são de uso público), pois encontram-se espalhados em diversos órgãos da SMA impossibilitando verificar o andamento do processo como um todo.

Além disso, a fiscalização quanto ao cumprimento das medidas mitigadoras estabelecidas, realizada pelos órgãos competentes, deixa a desejar devido a falta de pessoal e infra-estrutura, o que atrapalha o processo de licenciamento. Pode se afirmar portanto que o controle de funcionamento é precário, no que tange à verificação do real cumprimento das medidas mitigadoras por parte do órgão ambiental. Esses órgãos, por sua vez, não tem sua ação efetivamente fiscalizada pela sociedade civil interessada.

Bibliografia

- Coordenadoria de Planejamento Ambiental. Estudo de Impacto Ambiental – EIA; Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: manual de orientação. São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente. 1992
- **GILBERT**, Michael Jr. ISO 14000: Sistema de gerenciamento ambiental. São Paulo. IMAM, 1995
- **HOGAN**, Daniel Joseph / **Vieira**, Paulo Freire. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Ed. Unicamp, 1992
- **MILARE**, Édis. Curadoria do meio-ambiente. São Paulo: APMP, 1988
- **NEVES**, Estela / **TOSTES**, André. Meio ambiente a lei em suas mãos. Ed. Vozes, Petrópolis, 1992
- **SEARA**, Germano Filho, (org.). CONSEMA: mais cinco anos de atividades 1993-1997. São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente, 1998
- Secretaria do Meio Ambiente – série documentos ambientais. Normas Básicas sobre Licenciamento Ambiental e Estudo de Impacto Ambiental. São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente. 1998
- Resolução CONAMA 01/86
- Resolução CONAMA 42/94

